



Ministério das Comunicações Agência Nacional de Telecomunicações

Cargo: **ANALISTA ADMINISTRATIVO** **(todas as áreas)**

2.^a Etapa **CURSO DE FORMAÇÃO**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 **Verifique se este caderno de prova contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas.** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O caminho do insensato é direito aos seus olhos.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I **13/7/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **14 e 15/7/2009** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **31/7/2009** – Resultados finais do curso de formação e do concurso: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Os itens desta prova devem ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes. Nesse sentido, considere que as siglas subsequentes, sempre que utilizadas na prova, deverão ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; ANATEL = Agência Nacional de Telecomunicações; DF = Distrito Federal, conforme o contexto.

FORMAÇÃO GERAL

Acerca do Conselho Diretor da ANATEL, conforme o Regimento Interno da Agência, julgue os itens a seguir.

- 1 O Conselho Diretor da ANATEL, composto por 5 conselheiros, é o órgão máximo da Agência, que decide por maioria absoluta.
- 2 A perda de mandato de conselheiro membro do Conselho Diretor ocorre apenas por renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar.
- 3 É competência exclusiva do Conselho Diretor a expedição de súmula, a qual tem efeito vinculante.
- 4 Ex-conselheiro do Conselho Diretor pode representar pessoa ou interesse perante a Agência apenas depois de decorridos 4 meses de ter deixado o cargo.
- 5 Nos fóruns de deliberação do Conselho Diretor, cada conselheiro manifesta seu entendimento por meio do voto, podendo, conforme o assunto, abster-se de votar.

Com base no Regimento Interno da ANATEL, julgue os seguintes itens.

- 6 É atribuição da biblioteca da Agência manter uma lista dos circuitos deliberativos em andamento, com indicação de seu objeto, prazo e estado.
- 7 A remuneração dos membros do Conselho Consultivo é calculada em função do número de reuniões realizadas.
- 8 A Ouvidoria terá acesso a todos os assuntos relativos à Agência, podendo, inclusive, assistir às sessões e reuniões do Conselho Diretor, com exceção das secretas.
- 9 A representação judicial da Agência é exercida pela Procuradoria, que é vinculada à Advocacia-Geral da União para fins de orientação normativa e supervisão técnica.
- 10 A Corregedoria é o órgão de controle externo e interno da Agência, e a ele cabe avaliar a eficiência e o cumprimento dos deveres funcionais dos seus servidores.
- 11 A Assessoria Internacional assessora o Conselho Diretor em questões de natureza política e estratégica, respondendo pelo relacionamento com o Ministério das Relações Exteriores.
- 12 Cabe à Assessoria de Relações com Usuários propor ao Conselho Diretor a atribuição de faixas de frequências.
- 13 A Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização tem jurisdição sobre a engenharia do espectro radioelétrico, a certificação de produtos de comunicação e a fiscalização.
- 14 Compete à Superintendência de Universalização o controle, a prevenção e a repressão às infrações de ordem econômica.
- 15 Compete à Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa outorgar os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens.

A reforma do Estado é um fenômeno mundial dos anos 80. Transformações de magnitude econômica, política e tecnológica são a base da reforma. A queda no crescimento da economia, o acirramento da crise fiscal e o descontrole inflacionário, aliados à revitalização do espírito liberal, foram os seus principais fatores geradores. O Reino Unido foi o primeiro país a executar um grande plano de desestatização.

Carlos Roberto Peixoto Lourenzatto. **Reestruturação do Estado brasileiro e agências reguladoras**. In: ANATEL: Curso de Formação, p. 1 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema que ele aborda, julgue os itens seguintes.

- 16 As possíveis dificuldades encontradas pelo Brasil na execução de seu processo de reforma do Estado decorrem do fato de o país ter agido solitariamente, sem referências externas nas quais pudesse se espelhar.
- 17 Em geral, a implementação da reforma do Estado desconsiderou os aspectos políticos, como forma de assegurar apoios e eliminar divergências.
- 18 Na década em que a reforma do Estado começou a acontecer, à qual o texto alude, os níveis de inflação atingiram dimensão assustadora em países como o Brasil.
- 19 Em síntese, desestatização significa a retirada do Estado da execução de atividades ou de setores em que a iniciativa privada pode atuar com maior eficiência.
- 20 Tanto quanto a reforma do Estado, o processo de desestatização que a acompanha tornou-se fenômeno localizado, presente em reduzido número de países, como o Reino Unido, citado no texto.

Em 1998, o governo federal realizou um dos maiores leilões de privatização da História Brasileira, caracterizado pela venda das doze *holdings* criadas a partir da cisão do Sistema Telebrás. O leilão foi marcado pela disposição de compra dos grupos Telefônica (Espanha), Portugal Telecom e Telecom Itália.

Idem, p. 3 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a amplitude do tema por ele focalizado, julgue os itens a seguir.

- 21 Dez anos antes do leilão a que o texto se refere, a nova CF abria perspectivas para mudanças no plano econômico ao enfatizar o papel regulador do Estado.
- 22 O leilão citado no texto transferiu à iniciativa privada empresas locais de telefonia fixa, mas manteve sob controle estatal as de longa distância e a maior parte das empresas de telefonia móvel.

Quanto à atuação internacional da ANATEL, julgue os seguintes itens.

- 23** É de responsabilidade da ANATEL, sob a coordenação do Poder Executivo, representar o Brasil nos órgãos internacionais que tratam de telecomunicações.
- 24** A União Internacional de Telecomunicações (UIT) é a agência das Nações Unidas especializada em telecomunicações, responsável por temas de radiocomunicação, normalização e desenvolvimento das telecomunicações em todo o mundo.
- 25** Em seu organograma, a ANATEL possui uma assessoria internacional, hierarquicamente vinculada à Presidência da Agência. A essa assessoria cabe o gerenciamento geral das atividades internacionais.
- 26** Além das atribuições da Assessoria Internacional, o próprio Regimento Interno da Agência estabelece como um de seus objetivos gerais a difusão, em nível internacional, da competência e da experiência adquiridas em suas sucessivas participações na UIT, bem como a articulação de suas ações internacionais de aprimoramento da rede de fibra ótica, em harmonia com a política externa brasileira conduzida pelo MERCOSUL.

Quanto ao Fórum Mundial sobre Políticas de Telecomunicações (FMPT), julgue os itens a seguir.

- 27** O objetivo do FMPT é promover discussões e trocas de informação e experiência acerca dos aspectos políticos e regulatórios globais e intersetoriais de telecomunicações.
- 28** Os resultados do FMPT de 2009, realizado em Londres, serviram de subsídios adicionais ao grupo de trabalho dos Regulamentos Internacionais de Telecomunicações (ITRs), para a preparação da Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais, a ser realizada pela UIT em 2012 e que tem como objetivo principal a reestruturação do Sistema Internacional de Telecomunicações.

Com relação à Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), julgue os itens subsequentes.

- 29** A CITEL é o fórum de telecomunicações do MERCOSUL, com atuação na América Latina e no Caribe. Nesse fórum, governos, ONGs e setor privado discutem e coordenam esforços regionais para desenvolvimento e padronização das telecomunicações, das radiocomunicações e da radiodifusão.
- 30** O organograma da CITEL é encabeçado pela Assembleia das Nações Unidas, pelo Comitê Diretivo Permanente (COM-CITEL), o Comitê de Coordenação de Políticas Públicas (*Citel's Steering Committee/STE*), o Grupo de Trabalho Preparatório de Conferências e dois comitês consultivos permanentes (CCPs).

FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Acerca dos procedimentos nas licitações públicas, julgue os itens a seguir.

- 31** Somente os órgãos da administração pública direta devem obedecer às exigências da Lei n.º 8.666/1993.
- 32** O procedimento administrativo denominado licitação deve ser realizado após a celebração dos contratos, com vistas a homologar, de modo formal, a escolha da empresa contratada.
- 33** Apesar de estabelecido na CF, o tratamento diferenciado a ser dispensado às empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do DF e dos municípios, não foi disciplinado no âmbito infraconstitucional, ao contrário do que ocorreu em relação às microempresas.
- 34** A CF dispõe, expressamente, acerca da obrigatoriedade da realização de licitação pública para contratação de obras, serviços e compras governamentais.

Com relação aos princípios que regem o procedimento de licitação, julgue os itens que se seguem.

- 35** O princípio da eficiência, que consta, expressamente, da Lei n.º 8.666/93, orienta o gestor público a contratar a melhor e a mais adequada proposta para a administração pública.
- 36** Contraria o princípio da impessoalidade o certame no qual o gestor público contrata, de forma direta, artista consagrado pela crítica especializada.
- 37** Contratar empresa cujo sócio possui relacionamento afetivo com autoridade da administração pública responsável por essa contratação, ofende o princípio da moralidade.

Acerca das hipóteses de contratação direta, e em consonância com a Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens seguintes.

- 38** As situações de dispensa de licitação previstas no estatuto são taxativas, ou seja, o gestor público não pode criar novas hipóteses de dispensa.
- 39** Nos casos de dispensa, a competição não é possível, enquanto, nos casos de inexigibilidade, o legislador optou por conferir ao gestor a faculdade de optar por realizar ou não o procedimento licitatório.
- 40** Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), a falta de planejamento do administrador ou até mesmo a desídia administrativa não são capazes de justificar a hipótese de situação emergencial, que legitima a contratação direta.
- 41** É possível aplicar a inexigibilidade da licitação para a contratação unicamente dos serviços de manutenção de determinado equipamento, mesmo sem a comprovação da exclusividade do referido prestador de serviços mediante o atestado fornecido pelo órgão competente.
- 42** Os consórcios públicos poderão dispensar a licitação para compras no valor de R\$ 16.000,00, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Acerca das modalidades e dos tipos de licitação, julgue os itens subsequentes.

- 43** A concorrência é a modalidade de licitação a ser realizada quando há interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- 44** Na licitação pela modalidade convite devem ser escolhidos e convidados, obrigatoriamente, cinco participantes, sob pena de nulidade do certame no caso de o não cumprimento dessa exigência não ser devidamente justificado pelo gestor público competente.
- 45** O pregão caracteriza-se pela realização das propostas e lances em sessão pública, para a aquisição de bens e serviços comuns, sem limites impostos de valores, sendo vedada a sua realização para contratações de obras e serviços de engenharia.
- 46** O tipo de licitação técnica e preço deve ser adotado exclusivamente para a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual.
- 47** O edital da licitação na modalidade concurso deve ser publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 30 dias da data de realização do certame.

Acerca da habilitação nas licitações, julgue os seguintes itens.

- 48** Na modalidade pregão, a lei limita os requisitos de verificação da regularidade fiscal, a fim de permitir maior competitividade.
- 49** Para habilitação nas licitações regulamentadas pela Lei n.º 8.666/1993, exige-se, expressamente, declaração firmada pelo licitante de que não emprega menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, em qualquer tipo de trabalho.
- 50** Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da qualificação técnica deverão, obrigatoriamente, participar da obra ou serviço objeto da licitação, não sendo possível a sua substituição, mesmo que motivada pela empresa vencedora.
- 51** Com a finalidade de atender à qualificação econômico-financeira, é possível à administração pública exigir garantia do licitante para participar do certame. Essa imposição deve ser justificada e limitada a 1% do valor estimado do objeto da contratação, o qual será devolvido após o término do procedimento.
- 52** Para fins de comprovação da habilitação jurídica, no caso de sociedades por ações, basta o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

No que se refere às fases da licitação, julgue os itens a seguir.

- 53** A indicação dos recursos orçamentários para fazer face à despesa é ato que integra a fase executória da licitação pública.
- 54** As minutas de editais de licitação prescindem de prévio exame e aprovação pela assessoria jurídica da administração, etapas obrigatórias somente para as minutas de contratos a serem firmados.
- 55** A verificação da habilitação dos licitantes integra a fase preparatória da licitação.
- 56** A fase externa inicia-se com a publicação do edital ou com a entrega do convite e termina com a assinatura do contrato para fornecimento do bem, execução da obra ou prestação do serviço.

Acerca das impugnações e dos recursos no procedimento de licitação pública, julgue os próximos itens.

- 57** É possível que a impugnação do edital de licitação seja realizada por qualquer cidadão, desde que apresente a sua petição até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- 58** Na hipótese de utilização do pregão, na forma eletrônica, em razão da simplicidade e da celeridade do rito, somente os licitantes podem impugnar o ato convocatório.
- 59** De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, no caso de inabilitação do licitante pela administração pública, caberá recurso no prazo de cinco dias, a contar da intimação do ato.
- 60** Na modalidade pregão, o recurso administrativo deve ser interposto pelo licitante na própria sessão, ficando-lhe assegurado o direito de oferecer as razões no prazo de três dias a partir dessa data.

Julgue os itens seguintes, referentes aos sentidos correntes e à fundamentação conceitual de administração pública.

- 61** As escolas, as igrejas, as corporações e os hospitais são exemplos de entidades finalísticas ou teleológicas.
- 62** Em sentido orgânico, a administração pública designa a natureza da atividade administrativa exercida por pessoas jurídicas, órgãos e agentes.
- 63** As organizações privadas caracterizam-se, entre outros aspectos, pela maior liberdade de atuação conferida ao administrador, que pode fazer tudo o que a lei não lhe proíbe; pelos objetivos e pelas metas fixadas pela organização; e pelo predomínio do poder de posição, o qual tem por fundamento a concentração do poder de mando nas mãos de quem paga ou de quem tem mais competência.

Considerando que a atuação do administrador público deve pautar-se pelos princípios elencados na CF, julgue os itens que se seguem.

64 Suponha que um administrador público, mediante autorização legal, tenha editado decreto de desapropriação de determinado bem imóvel, com a finalidade de prejudicar o proprietário, seu adversário pessoal, e que o ato tenha sido praticado sob o fundamento de que seria imprescindível a edificação de uma escola pública no local. Nessa situação, o administrador, apesar de ter praticado o ato com amparo legal, violou os princípios da impessoalidade e da moralidade.

65 A publicidade tem dupla finalidade no âmbito da administração pública: constituir elemento formativo do ato do administrador e, ao mesmo tempo, ser requisito de eficácia e moralidade.

66 O princípio da efetividade tem previsão expressa na CF e consiste na necessidade de avaliação, pelo administrador público, dos efeitos e impactos das ações na sociedade.

Acerca das entidades da administração pública, julgue os seguintes itens.

67 Do ponto de vista operacional, a administração pública direta ou centralizada é definida como o conjunto de órgãos que integram o Poder Executivo da União, dos estados, do DF e dos municípios; os Poderes Legislativo e Judiciário, desse ponto de vista, apenas legislam e julgam.

68 As entidades que integram a administração pública indireta, apesar de dotadas de patrimônio e personalidade jurídica própria, não possuem autonomia política.

69 A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil S.A. são exemplos de empresas públicas.

70 Tanto a empresa pública como a sociedade de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado e podem explorar atividades de natureza econômica e industrial.

Considerando que as autarquias e as fundações integram a administração pública descentralizada, julgue os itens de 71 a 74.

71 As autarquias e as fundações são entidades dotadas de personalidade jurídica própria, as quais podem exercer, legitimamente, atividades típicas e não típicas de Estado, respectivamente.

72 A Empresa Brasileira de Turismo, o Instituto Nacional de Seguro Social e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são autarquias que exercem atividades típicas de Estado.

73 Nas agências reguladoras, os administradores exercem mandato e estão sujeitos à quarentena, de modo que ex-dirigentes não podem representar qualquer interesse perante a agência ou prestar serviços a empresas sob sua regulamentação até um ano após terem deixado o cargo.

74 Os atos praticados por autarquias gozam de presunção de veracidade, autoexecutoriedade e imperatividade.

No que se refere à denominada ecologia da administração pública, julgue os próximos itens.

75 A ecologia da administração pública consiste nas relações entre os subsistemas administrativo e político e entre esses e a sociedade em geral.

76 Todo estado, povo e nação têm objetivos explícitos, razão pela qual são considerados como verdadeiras organizações.

77 A avaliação dos objetivos do Estado demanda o conhecimento prévio das características da nação.

Acerca das ações da administração pública, julgue os seguintes itens.

78 Cabe ao governo, considerado como o aparato organizacional e administrativo que representa o Estado, o estabelecimento de metas para a sociedade, garantindo-lhe o alcance dessas metas mediante a edição de normas e a alocação de recursos.

79 Configura um dos objetivos gerais do Estado, levado a efeito por meio de funcionários, a gerência dos serviços públicos tradicionais, tais como economia e finanças, equipamento público, educação, cultura e serviços sociais.

80 As agências reguladoras inserem-se no contexto de recomposição das funções essenciais e de caráter estratégico do Estado, de modo a ser assegurada, por intermédio da normatização, a presença do Estado na prestação do serviço público, sem que ele tenha de assumir a execução direta do empreendimento.

